



**Contrato nº 083/2015 que celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE e a empresa JOCELAINE DE SOUZA LAZZARI, com vistas à realização de curso**

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.364/0001-95, com sede administrativa na Av. Pinheiro, nº 1.500, nesta cidade de Passa Sete, RS, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **Vanderlei Batista da Silva**, a seguir denominada **PREFEITURA**, e de outro lado a empresa **JOCELAINE DE SOUZA LAZZARI**, inscrita no CNPJ sob nº 20.111.929/0001-03, com sede no Acesso de Linha Tupi, no Município de Lagoa Bonita do Sul, RS, representada por sua titular, Senhora **Jocelaine de Souza Lazzari**, brasileira, casada, empresária, identidade RG nº 5062387765-SSP/RS e CPF nº 971.963.630-00, residente e domiciliada no Acesso de Linha Tupi, no Município de Lagoa Bonita do Sul, RS, a seguir denominada **CONTRATADA**, tem entre si como justo e contratado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira: DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Contrato **realização de curso de ARTESANATO**, junto aos grupos de beneficiários do Programa Bolsa Família.

**Cláusula Segunda: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

2.1. Pela execução dos serviços acima mencionados, a **CONTRATADA** receberá a importância de **R\$ 1.007,00 (um mil e sete reais)**, não devendo sofrer qualquer reajuste de preço durante a vigência do presente Contrato.

2.2. O pagamento do valor acima ajustado será feito em **parcela única**, na conclusão do curso, mediante apresentação de Nota Fiscal e informativo do órgão responsável, acompanhada de comprovante de regularidade perante os órgãos competentes, observada, ainda, a implementação, pela **CONTRATADA**, das demais exigências previstas neste instrumento.

**Cláusula Terceira: DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

3.1. O presente Contrato terá vigência pelo prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data de sua assinatura, quando então será extinto independente de supressões ou notificações.

3.2. A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada ou alterada de comum acordo entre as partes mediante Termo Aditivo.

**Cláusula Quarta: DOS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E SOCIAIS**

4.1. Sobre o preço acima ajustado estão incluídos, além dos serviços, todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e sociais incidentes sobre a prestação de serviços de que trata o presente Contrato, inclusive eventual Seguro Acidente de Trabalho, assumindo a **CONTRATADA** a mais ampla e ilimitada responsabilidade no que diz respeito a tais encargos, ficando, desde já, a **PREFEITURA** isenta de qualquer responsabilidade desta natureza, inclusive ações de responsabilidade civil e penal ou qualquer outra demanda decorrente do presente Contrato.

**Cláusula Quinta: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

5.1. Constitui direito da **PREFEITURA**, receber a prestação de serviços de acordo com as condições acordadas e da **CONTRATADA** em perceber o valor na forma e prazos convencionados.

5.2. Constituem obrigações da **PREFEITURA**:

5.2.1. Disponibilizar os materiais e as condições técnicas necessárias à realização do curso;

5.2.2. Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Contrato, reclamando quando necessário e exigindo a reparação de eventuais falhas verificadas;



5.2.3. Efetuar o pagamento do valor ajustado na forma e condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste instrumento.

5.3. Constituem obrigações da CONTRATADA:

5.3.1. Realizar o curso de acordo com o objeto do presente Contrato;

5.3.2. Arcar com as despesas de transporte e hospedagem, entre outras desta natureza, decorrente de seus representantes, funcionários, prepostos;

5.3.3. Efetuar o pagamento dos encargos decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, sociais e tributárias incidentes sobre a prestação de serviços de que trata o presente Contrato, ficando a PREFEITURA isenta de qualquer responsabilidade desta natureza;

5.3.4. Apresentar, em até 5 (cinco) dias após a realização do curso, a respectiva nota fiscal dos serviços prestados, acompanhada de comprovante de quitação dos encargos descritos no item anterior, sem prejuízo da eventual retenção e recolhimento dos mesmos pela PREFEITURA, sob pena de não receber o valor ajustado;

5.3.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, mantendo, para tanto, técnico ou responsável capacitado a solucionar os problemas eventualmente apontados;

5.3.6. Responsabilizar-se por qualquer dano material ou pessoal causado a PREFEITURA ou a terceiros, provocado por seus representantes, funcionários ou prepostos, ainda que por omissão involuntária, devendo, para tanto, serem adotadas, no prazo de 48 horas, as providências necessárias ao ressarcimento do dano;

5.3.7. Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ocasionadas por sua culpa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades legais por eventuais irregularidades em que haja concorrido.

#### **Cláusula Sexta: DA FISCALIZAÇÃO**

6.1. A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social que registrará em termo próprio eventuais falhas relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos observados, sem que isso importe em redução de responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do Contrato.

#### **Cláusula Sétima: DA INADIMPLÊNCIA E MULTA**

7.1. Se a PREFEITURA incorrer na inadimplência do presente Contrato, implicará no pagamento de juros e correção monetária conforme índices oficiais aplicados pela própria PREFEITURA quando correção dos Tributos Municipais.

7.2. Se a inadimplência decorrer de culpa da CONTRATADA, em especial quando do atraso ou inexecução dos serviços, ser-lhe-á aplicada, como cláusula penal, o pagamento de uma multa no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor contratado, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos e aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento.

7.3. No caso de imposição de multa, o respectivo valor deverá ser pago na mesma data em que a PREFEITURA efetuar o pagamento dos serviços, sob pena de retenção dos valores correspondentes.

#### **Cláusula Oitava: DAS DEMAIS PENALIDADES**

8.1. Além da multa prevista no item 7.2. da Cláusula anterior, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do Art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, as seguintes penalidades:

8.1.1. **Advertência**, quando da ocorrência de pequenas irregularidades nas condições contratuais ora pactuadas, independente de outras sanções cabíveis;

8.1.2. **Multa**, no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato quando do atraso na apresentação da respectiva Nota Fiscal dos serviços prestados e dos comprovantes de recolhimentos dos encargos que tratam o item 5.3.4. do presente Contrato;

8.1.3. **Suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração municipal pelo prazo de um ano, nas hipóteses de reiterado descumprimento das obrigações contratuais e atraso injustificado na execução dos serviços;

8.1.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de dois anos, nas hipóteses de atos ilícitos, paralisação, abandono ou recusa em executar os serviços contratados.



**Cláusula Nona: DA RESCISÃO**

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das razões constantes dos Artigos 77 e 78 e pelas formas do Art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, resguardados os direitos da PREFEITURA no caso de rescisão administrativa, sem que isso importe em direito a qualquer indenização por parte da CONTRATADA.

9.2. A PREFEITURA também se reserva no direito de rescindir, no todo ou em parte o presente Contrato, caso ocorra qualquer alteração na legislação em vigor ou, por qualquer motivo, o mesmo venha a lhe resultar em prejuízo de qualquer espécie.

9.3. Considera-se automaticamente rescindido o presente Contrato nas hipóteses de suspensão do direito contratar e de declaração de inidoneidade previstas nos itens 8.1.3 e 8.1.4, deste instrumento.

**Cláusula Décima: DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

10.1. O presente Contrato fica dispensado de licitação com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, em razão do seu valor.

**Cláusula Décima-Primeira: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

11.1. Este Contrato rege-se pela Lei Federal nº 8.666/93, inclusive em suas omissões.

**Cláusula Décima-Segunda: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

12.1. As despesas deste Contrato serão suportadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unid. Orçam.: 09 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Projeto/Atividade: 09 02 08 244 30 2.130 - Proteção Social Básica - PAIF  
Elem. Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.1074 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Cláusula Décima-Terceira: DO FORO**

13.1. Para dirimirem quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Sobradinho, RS, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo com os termos em que foi redigido o presente Contrato, as partes o assinam em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Passa Sete, RS, 05 de novembro de 2015.

**Vanderlei Batista da Silva**  
Prefeito Municipal de Passa Sete  
PREFEITURA

**Jocelaine de Souza Lazzari**  
JOCELAINE DE SOUZA LAZZARI  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF: